



MUNICÍPIO DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM Nº 074, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025

Senhor Presidente em Exercício da Câmara Municipal da Serra,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do artigo 72, III da Lei Orgânica do Município da Serra, decidi vetar integralmente, por inconstitucionalidade, o Autógrafo de Lei nº 6.225 de 29 de outubro de 2025, cuja ementa é a seguinte: “Dispõe acerca da implantação de código QR em todas as placas de obras públicas municipais para leitura e fiscalização eletrônica, e dá outras providências”.

RAZÕES DO VETO

Conforme se extrai do PARECER DIVERGENTE Nº 584 /2025, “Inicialmente, cumpre ressaltar que este parecer analisa tão somente a constitucionalidade do presente autógrafo de lei para fins de sanção ou veto, sem adentrar nos juízos de conveniência e oportunidade da propositura.

Superado tal apontamento, com as devidas vênias ao opinativo exarado pelo parecerista, cumpre-nos divergir da manifestação, uma vez que, inobstante a iniciativa seja nobre, a inserção de QR Code demanda análise técnica da SEICIT e da SEOB, haja vista que pode impactar diretamente na rotina administrativa e gerar despesas às respectivas pastas.

Tal constatação se ampara no fato de que, ao implementar o sistema proposto, será necessária a imediata adequação das placas atualmente instaladas, já que o autógrafo não prevê qualquer regra de transição, o que impõe execução instantânea e simultânea em todo o território municipal.

Nesse contexto, a obrigatoriedade de cumprimento imediato da medida repercute diretamente na capacidade operacional das Secretarias envolvidas e exige mobilização estrutural não prevista, importando reorganização operacional e dispêndio de recursos materiais e humanos para substituição e padronização das placas.

Ademais, para além da troca dos equipamentos físicos, a medida também pressupõe a contratação ou ampliação de serviços de armazenamento e hospedagem pela Secretaria de TI, a fim de garantir a criação, manutenção e atualização contínua dos dados que serão acessados pelos QR Codes.

Verifica-se, portanto, que a proposta tem o condão de aumentar despesas e gerar e interferência na organização administrativa, cuja iniciativa compete privativamente ao Chefe do Poder Executivo, em afronta ao parágrafo único, inciso II do art. 143 da Lei Orgânica do Município de Serra, que guarda simetria com o art. 63, parágrafo único, inciso III da Constituição Estadual e com o art. 84, inciso VI, “a” da Constituição da República, que assim estabelecem:





MUNICÍPIO DA SERRA/ES
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Processo nº: 104836/2025.

Procedência: Gabinete do Prefeito.

PARECER DIVERGENTE Nº 584/2025

Ao Gabinete do Prefeito,

Os autos vieram a esta Procuradoria para análise e manifestação jurídica em face do Autógrafo de Lei nº 6.225/2025 de autoria do vereador Renato Ribeiro, cuja ementa é a seguinte: “DISPÕE ACERCA DA IMPLANTAÇÃO DE CÓDIGO QR EM TODAS AS PLACAS DE OBRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS PARA LEITURA E FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Às fls. 45/47, parecer nº 576/2025, de lavra do Ilmo. Procurador Municipal, Dr. Bernardo de Souza Musso Ribeiro, que entendeu que “para fins de sanção, o projeto da Lei nº. 6.225, de 29 de outubro de 2025, é constitucional”.

Este é o breve relato dos fatos.

Inicialmente, cumpre ressaltar que este parecer analisa tão somente a constitucionalidade do presente autógrafo de lei para fins de sanção ou veto, sem adentrar nos juízos de conveniência e oportunidade da propositura.

Superado tal apontamento, com as devidas vênias ao opinativo exarado pelo parecerista, cumpre-nos divergir da manifestação, uma vez que, inobstante a iniciativa seja nobre, a inserção de QR Code demanda análise técnica da SEICIT e da SEOB, haja vista que pode impactar diretamente na rotina administrativa e gerar despesas às respectivas pastas.

Tal constatação se ampara no fato de que, ao implementar o sistema proposto,





Verifica-se, portanto, que a proposta tem o condão de aumentar despesas e gerar e interferência na organização administrativa, cuja iniciativa compete privativamente ao Chefe do Poder Executivo, em afronta ao parágrafo único, inciso II do art. 143 da Lei Orgânica do Município de Serra, que guarda simetria com o art. 63, parágrafo único, inciso III da Constituição Estadual e com o art. 84, inciso VI, “a” da Constituição da República, que assim estabelecem:



a) **organização e funcionamento da administração federal**, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;

[...]